UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

GIOVANNI GASPARELLI DE SOUZA

# EFEITOS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO CRESCIMENTO ATUAL DO BRASIL

Palhoça

2017

**GIOVANNI GASPARELLI DE SOUZA**

# EFEITOS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO CRESCIMENTO ATUAL DO BRASIL

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de graduação em Ciências Econômicas, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Dr. Jaílson Coelho

Palhoça

2017

SUMÁRIO

## Sumário


**1 INTRODUÇÃO 3**

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA 3

1.2 OBJETIVOS 6

*1.2.1 Objetivo geral 6*

*1.2.2 Objetivos específicos 6*

1.3 JUSTIFICATIVA 6

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 7

**2 REFERENCIAL TEÓRICO 8**

**3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS 12**

3.1 INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO E O DECLÍNIO DO CAFÉ 13

*3.1.1* A industrialização por substituição de importações (PSI) *13*

3.2 A QUEDA DO SETOR INDUSTRIAL NOS ANOS 80 14

3.3 COMÉRCIO INTERNACIONAL E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO 18

3.4 ABORDAGEM GERAL 21

3.5 CARACTERÍSTICAS DO PENSAMENTO CEPALINO 25

3.6 A QUARTA FASE DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL 28

**CONSIDERAÇÕES FINAIS 35**

**REFERÊNCIAS 37**

# 1 INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa em questão irá analisar a desindustrialização no Brasil desde a década de 80 até os tempos de hoje no Brasil. As variáveis macroeconômicas e a ausência de políticas industrias nos anos 90 também serão analisadas, pois são fatores importantes na formação desse processo. O país, desde então, passou por profundas transformações rompendo com o modelo de desenvolvimento caracterizado pelo protecionismo e pela intervenção do Estado, o qual desde o segundo pós-guerra, foi responsável por elevadas taxas de crescimento econômico. Observou-se o seu ingresso em um novo padrão de desenvolvimento e de inserção internacional, assentado sobre os princípios estabelecidos pelo “Consenso de Washington”, dentre os quais, a abertura comercial e financeira, desregulamentações, privatizações de empresas estatais, disciplina fiscal, entre outros.

Conhecer a conjuntura econômica mundial do período contribuirá para o entendimento dos problemas enfrentados pela atividade industrial no Brasil, por isso também será objeto de pesquisa.

O lugar que o Brasil e os países em desenvolvimento ocupam na divisão internacional do trabalho representa uma barreira para o fortalecimento da indústria interna, eis uma das razões do modelo agroexportador ser adotado no país. As vantagens comparativas do Brasil no comercio internacional de commodities surge também como justificativa para as políticas do governo priorizarem mais o setor primário.

Há, portanto, motivos importantes para estudar as causas e os efeitos da desindustrialização no Brasil.

## EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

O tema desindustrialização aparece em debates acadêmicos e midiáticos. Mas, afinal, o que é a desindustrialização? Segundo ROWTHORN e RAMASWAMY (1999) desindustrialização pode ser definida como uma diminuição da participação do emprego

na indústria, que ocorre por incorporação de novas tecnologias aumentando assim a produtividade, e também é caracterizado pela diminuição da participação da indústria no produto e no emprego da economia em relação a outros setores, principalmente o de serviços. Vários autores entendem que não será maléfico para a economia se o processo de desindustrialização ocorrer de forma natural. Convém, no entanto, analisar a desindustrialização precoce, haja vista que esse processo é o que causa danos ao crescimento do Brasil.

No âmbito mundial, a desindustrialização “precoce” ocorreu na Holanda na década de 60 e ficou conhecida como “Doença Holandesa”. Nesse período, o país tinha descoberto uma quantidade significativa de reserva de gás natural, impulsionando assim a exploração desse produto do setor primário em detrimento da atividade industrial do país. O desaquecimento da indústria exportadora holandesa ocorreu devido à valorização da moeda local, pois com o aumento do fluxo de moeda estrangeira no país, motivado pelo comércio do gás natural, o setor secundário perdeu competitividade em relação a outros países. A discussão em torno da chamada Doença Holandesa encontra simpatizantes entre economistas com distintas posições teóricas: por um lado, há aqueles que acreditam que esse processo é um problema para a dinâmica da economia, pois o País estaria sofrendo um processo de desindustrialização; não pelo curso natural de desenvolvimento, como apontado pela literatura econômica, mas sim pela expansão dos setores que se utilizam das rendas ricardianas. Isso provocou uma taxa de câmbio de equilíbrio para o Balanço de Pagamentos não competitiva para os setores de maior valor agregado, a exemplo dos manufaturados. Por outro, estão aqueles que não consideram importantes os efeitos desse processo sobre a estrutura produtiva da economia, defendem as políticas adotadas e tentam mostrar que não há, no país, evidências de perda de participação dos manufaturados no produto da economia, bem como não há a diminuição significativa dos empregos nesse setor.

O colapso na atividade industrial de um país não se dá somente pelo fato da descoberta de novos recursos rentáveis para uma economia. Na América Latina vê-se uma forte congruência entre as políticas liberalistas dos anos 80 e 90 e o processo de desindustrialização. Segundo PALMA (2004), o fim das políticas industrias e comercias

aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbios efetivas, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral destacam-se como forças motrizes para o avanço da desindustrialização na região. Neste cenário, o Brasil corre o risco de apresentar uma especialização produtiva primária assentada na produção de bens agropecuários e produtos extrativos minerais, concomitantemente a uma desestruturação do setor secundário, dada a baixa capacidade de desenvolvimento tecnológico do setor industrial, especialmente do ramo da indústria de transformação. O somatório desses fatores poderá ter impactos bastante negativos sobre o desenvolvimento econômico e social do conjunto da nação. Esse mecanismo pode estar sinalizando uma desindustrialização precoce do país, pois o Brasil nem chegou a desenvolver plenamente a sua indústria e já sinaliza um potencial retorno ao papel de exportador de bens primários e de commodities baseadas na extração de recursos naturais.

Por outro lado, cabe salientar a importância de outro fator que prejudica o desempenho industrial atual no Brasil: a inflação monetária. Esse é um problema que afeta diretamente a desindustrialização. Tal problema surge devido ao fato de que a inflação gera um consumo de capital das empresas e afeta sua capacidade de investir e de aumentar sua produtividade.

Segundo OREIRO (2009) a indústria é vista como “especial” pelo pensamento heterodoxo pois ela é a fonte de retornos crescentes de escala (indispensável para a sustentação do crescimento no longo-prazo), é a fonte e/ou a principal difusora do progresso tecnológico e permite o relaxamento da restrição externa ao crescimento de longo-prazo. Nesse contexto, a desindustrialização é um fenômeno que tem impacto negativo sobre o potencial de crescimento de longo-prazo pois reduz a geração de retornos crescentes, diminui o ritmo de progresso técnico e aumenta a restrição externa ao crescimento.

Todos esses fatos levam à seguinte questão central de pesquisa, que direciona e aprofunda o desenvolvimento do trabalho: quais os impactos da desindustrialização brasileira no crescimento econômico atual do país?

# OBJETIVOS

Tomando como base o problema de pesquisa, apresentam-se, na sequência, os objetivos a serem alcançados no trabalho de conclusão de curso.

### 1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho de conclusão de curso é examinar se está em curso um processo de desindustrialização no Brasil.

### 1.1.2 Objetivos específicos

De forma a atingir e complementar o objetivo geral, apresentam-se alguns objetivos específicos a serem alcançados no decorrer do trabalho:

- Investigar o impacto das políticas liberalistas no processo de desindustrialização brasileiro.
- Analisar a importância da desindustrialização e das taxas de desocupação no crescimento do Brasil.

# JUSTIFICATIVA

Esse é um trabalho sobre a desindustrialização no Brasil, o qual busca complementar os estudos acerca das políticas e incentivos estatais no setor secundário nos últimos anos no país. A desindustrialização brasileira é bastante debatida e ainda apresenta algumas incertezas, embora haja diferentes vertentes econômicas que concordam que o setor manufatureiro tem passado por dificuldades, principalmente após a crise financeira de 2008.

A importância da indústria no Brasil se faz presente em diferentes períodos da nossa história e serviu como tema central de pesquisas de autores renomados como Celso Furtado. Me interesso pelo tema justamente por ser recorrente na história da economia brasileira, e por ser tratado como a “chave para o progresso” por alguns autores heterodoxos. O valor que o setor agrega nos produtos, o impacto na cadeia produtiva, e as relações sociais do trabalho na indústria sempre me causaram interesse no decorrer dos estudos.

Nesse sentido, ser consciente de como funciona esse setor dinâmico e estratégico dentro da nossa economia trará benefícios pessoais.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa será descritiva e terá caráter de pesquisa bibliográfica, pois buscarei explicar o problema através das teorias publicadas em variadas fontes, como: Artigos, livros e meios eletrônicos. A abordagem será qualitativa, pois visa analisar e interpretar textos de diferentes autores, dando a atenção as suas ideias sobre o tema, buscando entender dados e discursos.

A coleta de dados será feita através de fontes como o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), FIESP (Federação de Indústrias do Estado de São Paulo), entre outros.

Como a população será infinita, pois abrangerá um número de elementos elevados, as amostras se fazem necessárias nas pesquisas que serão publicadas nesse trabalho.

O processo ocorrerá de acordo com as seguintes etapas: Escolha do tema, delimitação do tema e formulação do problema, elaboração do plano de desenvolvimento da pesquisa, identificação, localização das fontes e obtenção do material, leitura do material, tomada de apontamentos e redação do trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Rowthom e Ramaswany (1999 aput OREIRO; FEIJÓ, 2010) a desindustrialização é uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região.

Em cima disso, nota-se que a América Latina passou pelo referido processo na década de 1990, quando se aplicaram políticas liberalizantes em comum acordo ao "consenso de Washington". Já nos países desenvolvidos a desindustrialização ocorreu na década de 1970.

Entretanto, Tregenna (2009 aput OREIRO; FEIJÓ, 2010) redefiniu de forma mais ampla o conceito de desindustrialização como sendo uma situação no qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Segundo Godoy (2013, pag.21):

> [...] A explicação para esse fenômeno, denominado como um processo de desindustrialização, no entanto, é razoavelmente controversa, em especial no que diz respeito às economias em desenvolvimento. Parte da literatura defende que, de forma análoga ao ocorrido anteriormente, o aumento da produtividade na indústria vis-à-vis a outros setores tem gerado uma transferência de mão-de-obra deste ramo para atividades ligadas aos serviços. Dessa forma, o evento da desindustrialização não seria necessariamente nocivo, uma vez que decorreria de um processo natural da evolução econômica.

A transição gradual do emprego industrial para o setor de serviços acompanhada de um nível de renda elevado per capita na economia de um país, é vista por muitos autores como uma desindustrialização positiva e natural. Porém, no Brasil, a situação é diferente. A desindustrialização da economia brasileira ocorre de maneira precoce e nociva.

"[...] a economia brasileira teria passado por um processo de desindustrialização nas décadas de 1980 e 1990 tanto em termos de participação do emprego como da participação do valor adicionado" (OREIRO; FEIJÓ, 2010, pag. 224).

Essa análise acima foi feita através de dados apresentados por Marqueti (2002). Esse estudo nos mostra que a desindustrialização do período foi consequência do baixo investimento na economia brasileira, em especial na indústria, e que todo esse processo seria negativo sobre o futuro crescimento da economia brasileira, pois está

associado a transferência de recursos e de trabalho da indústria para outros setores menos produtivos no trabalho.

A ocorrência inequívoca de desindustrialização no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 também foi estudada por Bonelli (2005 apud OREIRO; FEIJÓ, 2010). Embasado nas informações fornecidas pelas contas nacionais do Brasil, o estudo mostrou uma queda vertiginosa da participação do PIB a custo de fatores em dez anos. A causa, segundo o autor, se deve ao aumento de competição interna e externa, causado pela abertura comercial e financeira, privatização em diversos segmentos industriais, e sobrevalorização da taxa real de câmbio no período.

A sobrevalorização cambial aliada a taxa de juros elevada causa o "estrangulamento" do setor industrial, pois se perde competitividade no mercado global e capacidade de investimento no setor.

Segundo Almeida (2006) a mudança de regime cambial brasileiro em 1999, possibilitou até 2005, a queda ou a eliminação desse fator nocivo (câmbio valorizado) para o setor industrial.

Na literatura heterodoxa, as causas da desindustrialização são: a taxa de câmbio sobrevalorizada, a liberação comercial e financeira, a taxa de juros elevada e principalmente a ausência de uma estratégia de desenvolvimento.

Já para os autores ortodoxos o país está passando por um processo de modernização da indústria favorecido pelo câmbio apreciado, e isso, garante um desenvolvimento sustentável. Para outros autores da mesma linha de pensamento ortodoxo as causas se encontram nos custos relativos da mão-de-obra. (SILVA, 2014).

Para Torres e Cavalieri (2015, pag. 861):

> [...] o crescimento da produtividade na indústria é maior que nos serviços, portanto a necessidade relativa do emprego de mão-de-obra é maior no segundo do que no primeiro. Outra razão é que, como o crescimento da produtividade é maior na indústria, ocorre uma mudança nos preços relativos, tornando os produtos industriais mais baratos e liberando renda para o consumo de serviços.

O Brasil ainda não atingiu um nível de renda per capita semelhante ao dos países desenvolvidos e isso é o motivo pelo qual se difere do "natural" a desindustrialização que aqui ocorre.

A abertura econômica no Brasil na década de 1990 coincide com a redução relativa do emprego e do produto industrial. Além de coincidir, ela pode ter intensificado o processo de desindustrialização.

Segundo Fernández (2015, pag. 585):

> O aprofundamento da queda da produção industrial em relação a produção total, bem como a evolução negativa da balança comercial industrial na segunda metade dos anos 2000, particularmente nos subsetores de maior valor agregado e intensivos em tecnologia, caracterizam o segundo momento desse processo de introspecção pelo qual a indústria nacional está passando.

O consumo amplo de produtos importados na área de tecnologia está cada vez mais presente no cotidiano brasileiro, e isso só confirma a teoria desse segundo momento do processo de introspecção da indústria nacional.

Segundo Clark (1957 apud NASSIF, 2008), “as mudanças nos níveis de elasticidade-renda da demanda de produtos industrializados explicam os ganhos relativos da participação do setor de serviços na renda e empregos totais, em detrimento da perda relativa do setor industrial”. Ou seja, a medida que a renda per capita aumenta, a participação no produto agregado e no emprego total se transferem para o setor de serviços.

Para Marconi e Rocha (2012), a taxa de câmbio real apreciada explica a dinâmica que reduz a participação da indústria no valor adicionado. Enquanto o fluxo de capitais é uma motivação conjuntural e a doença holandesa é uma motivação estrutural.

Para Cano (2012, pag. 834) a desindustrialização precoce é causada pelos seguintes fatores:

> Uma das causas principais tem sido a política cambial prevalecente, instaurada a partir do Plano Real. Com as reformas liberalizantes e a política de estabilização, o câmbio excessivamente valorizado cumpre, até hoje, o papel de âncora dos preços, no que recebe o devido apoio "logístico" da prática de juros reais absurdamente altos e da âncora fiscal. Isso produz parte do pagamento dos juros da dívida pública. O resultado da insana trilogia foi a crescente perda de competitividade internacional da indústria nacional perante outros países. Outra razão resulta da abertura desregrada pela qual o Brasil passou e passa desde 1989, ainda no governo Sarney, quando ocorre uma primeira investida quanto à proteção que tínhamos sobre as importações. Tal investida ampliou-se sobremodo no governo Collor, em 1990. A terceira foi feita no governo de

> Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994. Essa desregulamentação manteve-se e assim está até hoje. A abertura comercial com a queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional complementou o nocivo efeito do câmbio valorizado, reduzindo drasticamente o grau de proteção perante a concorrência internacional. Terceira razão: a taxa de juros elevada do país faz com que o empresário capitalista - tanto na visão de Marx quanto na de Keynes -, compare-a com a taxa de lucro, com a expectativa de acumular capital. Com exceção dos raros ou ilícitos setores para os quais a taxa de lucro é exorbitante, podemos constatar que, no financeiro, esses ganhos têm sido muito elevados. A taxa de lucro da economia industrial moderna é relativamente contida e, quando ela se confronta com uma taxa de juros como a oficial (Selic) brasileira, hoje, pouco mais de 8%, o empresário nacional fica atento a esse fenômeno e só investe em última instância, se obrigado a investir. Caso contrário, quebra e fecha. Em tais condições, o investimento é fortemente inibido, o que deixa a indústria vulnerável. Uma indústria que não investe envelhece, torna-se, em parte, obsoleta, não cresce, tem dificuldades enormes de assimilar progresso técnico no dia a dia. Enfim, perde produtividade, novas oportunidades e competitividade, passando a ser forte entrave ao desenvolvimento econômico do país. Quarta razão: o investimento direto estrangeiro. É verdade que tal fluxo cresceu em números absolutos nos últimos anos, fato comemorado por muitos economistas. Eles, porém, têm um defeito grave quando falam de investimento porque pensam apenas no sentido global, no volume e participação no PIB. O investimento, no entanto, é uma variável tão importante na economia que os economistas deveriam ser mais cuidadosos. Uma taxa de investimento precisa ser estruturalmente analisada. Primeiro, deduz-se do fluxo total de capital estrangeiro o investimento em carteira, em títulos privados e na dívida pública, em geral, predominantemente, de caráter especulativo.

Nos últimos 30 anos o Brasil priorizou o consumo ao invés do investimento. Os baixos níveis de formação bruta de capital fixo e incorporação de novas tecnologias fez com que a situação das indústrias se agravasse ainda mais. Esse declínio industrial interno impossibilita o progresso técnico e econômico de um país que sofre cada vez mais com as elevadas taxas de desemprego.

“Uma das ideias centrais da economia do desenvolvimento é que o desenvolvimento implica transferir recursos de atividades de baixa produtividade para as de maior produtividade. ” (Williamson; Zagha, 2014, pag. 188). Essa constatação revela qual deve ser a prioridade para países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, pois o aumento da produtividade é de suma importância para um aumento da independência e da solidez econômica.

Outras questões que afetaram o Brasil e geraram o enfraquecimento das atividades industriais foram as seguintes:

> [...] o final dos anos 90 coincide com o fenômeno da terceirização das atividades de serviços que se situavam dentro da indústria e parece justificar uma tendência à perda de valor adicionado em relação ao valor da produção da indústria, mas ao mesmo tempo, ao retirar o produto de dentro da indústria, os indicadores de encadeamento para trás seriam potencializados. Assim, a ideia de rarefação das atividades industriais parece ser bastante plausível. (NASSIF; TEIXEIRA; ROCHA, 2015, pag. 373).

Por outro lado, segundo Bonelli (2013), o modelo de substituição de importações dos anos 1970 no Brasil causou uma excessiva industrialização que no momento seguinte “mudaria de rota“.

A literatura sobre o tema apresenta diversas argumentações defendendo ou refutando a ocorrência do processo de desindustrialização no Brasil, inclusive divergências na questão conceitual, por isso esse referencial teórico se faz importante para a construção do trabalho.

## 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

No início do século XX o setor que mais absorvia a mão-de-obra era a agricultura, seguido do setor de serviços e da indústria que na época representava uma pequena participação. A partir da década de 30 esse cenário começa a se alterar, e a indústria começa a aumentar sua participação no PIB, assim como o setor de serviços, e a agricultura perde espaço durante todo o decorrer do período. Porém, na década de 80 há um processo de perda de participação da indústria no PIB.

A indústria ganha espaço no emprego até o final da década de 70, onde a partir desse período há uma diminuição em sua participação total no emprego. O setor de serviços por sua vez a partir dos anos 80 tem um forte aumento na participação total dos empregos da economia.

Segundo PALMA (2005) e FEIJÓ et al (2005) a ausência de políticas voltadas diretamente para as indústrias nas décadas de 80 e 90 e a implementação de novas políticas macroeconômicas são fatores determinantes para a ocorrência desse processo de desindustrialização prematura.

## 3.1 Início da industrialização e o declínio do café.

Por um longo período a economia brasileira se baseava sobretudo na exportação de commodities agrícolas. O café foi de grande importância durante o final do século XIX e início do século XX, no qual se aproveitou do bom momento do comercio internacional e pelo poder de produção do Brasil, que tinha amplo controle dos preços. Assim, a produção industrial nacional encontrava-se nesse momento praticamente incipiente com um crescimento muito lento, uma vez que o poder político e econômico estava na mão dos cafeicultores.

A conjuntura econômica mundial é afetada pela crise de 29 e as consequências chegam ao Brasil na década de 30 com uma forte queda na demanda de café. Soma-se a isto o fato que outros países começaram a comercializar o café no mercado internacional, aumentando a concorrência e a oferta do produto. Esse cenário causou a queda de preço do produto e obrigou o governo brasileiro a implementar mudanças visando o mercado de consumo interno. Essas mudanças visavam proteger a produção e o nível de empregos através da emissão de moedas e políticas de créditos, além disso, o Estado financiava os cafeicultores através do pagamento de um preço mínimo, possibilitando a realização da colheita. Houve também no período uma desvalorização da moeda nacional e uma restrição no uso de recursos externos. Com o câmbio desvalorizado, restrição a importação e demanda interna relativamente aquecida, a indústria nascente encontra um cenário mais favorável do que no passado recente.

O processo em questão é chamado de “Industrialização por Substituição de Importações”. Esse mecanismo permitiu que o Brasil se industrializasse pelas próximas décadas.

### 3.1.1 A industrialização por Substituição de Importações (PSI)

Esse processo ficou marcado pela produção interna de produtos que eram anteriormente importados. Visou atender a demanda interna e dependeu muito das

proteções e incentivos estatais. O objetivo principal desse período era a criação de uma base industrial, no qual pretendia se criar a infraestrutura básica para o estabelecimento da indústria nacional. Dessa forma o modelo de industrialização por substituição de importações legou ao Brasil um grande avanço no processo de industrialização. O Plano de Metas, com sua contribuição notável no setor de bens de consumo durável, fez com que a economia brasileira passasse a produzir internamente uma série de produtos que antes só eram disponíveis através da importação. Entretanto, com o fim do governo Juscelino Kubitschek e com o fim do Plano de Metas, não tendo mais como avançar, o modelo de industrialização por substituição de importações se esgota.

As políticas macroeconômicas durante o PSI foram voltadas ao estimulo à industrialização, principalmente a desvalorização do câmbio. O surgimento de instituições e empresas estatais também teve papel decisivo na alavancagem do setor industrial no decorrer das décadas seguintes.

Entretanto apesar dessa mudança na estrutura industrial, o setor primário nesse período, continuou sendo o setor exportador da economia brasileira, pois a produção de produtos industrializados estava voltada a atender o mercado interno, ficando caracterizado o modelo de industrialização por substituição de importações como um modelo de dinamismo ”fechado”.

Na década de 80 a indústria começa a perder relevância para outros setores, motivada por choques externos e crise interna com elevação dos preços.

## 3.2 A queda do setor industrial nos anos 80

Nos anos 80 a economia brasileira se volta para outros problemas que não o processo de industrialização. A crise da dívida externa, a elevação da taxa de inflação e a baixa taxa de crescimento somadas a conjuntura econômica mundial foram fatores que caracterizaram o declínio econômico brasileiro e o fim de um período de crescente industrialização. O resultado dessas alterações em âmbito mundial acabou por deflagrar a recessão 1980-81, em que o produto teve retração de 4,3%. O custo de rolagem da dívida externa aos países emergentes também aumentou, tanto que em

1982, a economia mexicana declara moratória à dívida externa. Com o receio internacional de que os demais países devedores também tomassem a mesma atitude, os financiamentos internacionais são então suspensos, gerando a crise da dívida externa no Brasil.

A inflação no período foi um grande problema oriundo basicamente da expansão monetária incontrolável de governos anteriores para promover o crescimento econômico. Mesmo com o cenário conturbado na década de 70, com as duas crises do petróleo, o Brasil contraiu altos empréstimos internacionais para financiar o crescimento, e isso futuramente prejudicaria a intenção de investimento externo no país. Além da baixa taxa de investimento, e das oscilações entre crescimento e recessão, a inflação crônica e inercial é outro problema persistente que passa a fazer parte do cenário brasileiro durante todos os anos 1980.

A política de altas taxas de juros adotada pelo governo para o controle inflacionário não funcionava devido a indexação dos preços na economia. Mudanças de ordem global e as dificuldades econômicas pelas quais o Brasil passava, levaram ao questionamento quanto ao papel do Estado e a necessidade de redução de sua intervenção na economia, aumentando no Brasil a discussão sobre qual deveria ser a verdadeira função do Estado no sistema econômico. Somente com o surgimento do Plano Real a inflação seria controlada, pois a criação da Unidade Real de Valor (URV) desindexou a inflação da economia. Junto a isso, o Plano Real adotou conceitos que visava enfrentar problemas macroeconômicos. No governo FHC foi implantado o tripé macroeconômico (câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário) e isso aumentou a confiança de investidores externos no Brasil.

A realização da abertura comercial aconteceu no final da década de 80 e começo dos anos 90. A concorrência interna aumentou e o câmbio valorizado durou até o ano de 1999, pois as crises internacionais que afugentavam o investimento estrangeiro obrigou o Brasil a adotar o câmbio flutuante no mercado. Com isso, o real se desvalorizou.

Em síntese, vimos que o período de 1930-1980 que acontece o processo de industrialização ocorre a utilização da taxa câmbio para a proteção à indústria, grande oferta de credito, alto gasto público em infraestrutura, apoio fiscal ao setor e economia

fechada. Em contrapartida o período de 1980-2000 no qual ocorre o combate à inflação e aos desajustes macroeconômicos, o governo adota políticas de câmbio valorizado na maior parte do período, diminuição da oferta de credito, altas taxas de juros, abertura econômica e corte nos gastos públicos.

Essas condições favoreceram a perda da participação da indústria no PIB, pois ao mesmo tempo em que políticas macroeconômicas estabilizam a economia, elas não devem deixar de focar no crescimento econômico do país. Altas taxas de juros reais, restrição a gastos governamentais, taxas de câmbio desfavoráveis para a competitividade da indústria ocasionam uma paralisia no crescimento industrial, e consequentemente do crescimento econômico como um todo.

Deve-se adotar medidas compensatórias para setores estratégicos da indústria, pois o mercado industrial global é altamente competitivo e importante para o desenvolvimento da economia local.

A desindustrialização precoce e nociva tem causas e razões que se originam de alguns fatos históricos como:

1) Política cambial prevalecente instaurada a partir do Plano Real. Com as reformas liberalizantes e a política de estabilização, o câmbio excessivamente valorizado acabou por cumprir o papel de âncora dos preços. Somado a isso, a pratica de juros altos e a queda dos gastos públicos fomentam o processo. O resultado foi a crescente perda de competitividade internacional da indústria nacional perante o resto do mundo.
2) Abertura econômica desregrada em 1989. Essa medida ampliou-se no governo Collor, em 1990 e posteriormente no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994. Toda essa desregulamentação permanece até os dias atuais. Essa abertura comercial ao mercado internacional através de quedas das tarifas e outros mecanismos protecionistas fortaleceram o efeito do câmbio valorizado, diminuindo drasticamente o grau de proteção.
3) Taxa de juros elevada. Essa prática faz com que o empresário capitalista a compare com a taxa de lucro, visando o acúmulo de capital. O empresário fica atento a esse fenômeno e só investe em último caso. O investimento é desestimulado e isso deixa a indústria vulnerável. O setor industrial sem

investimento torna-se obsoleto, não cresce e acaba por não assimilar o progresso técnico. Ou seja, perde produtividade, competitividade e passa a estimular um baixo desenvolvimento econômico do país.

4) Taxa de investimento. Essa variável é de suma importância para uma solidez econômica nacional. Porém, ao analisarmos, se faz necessário uma dedução do fluxo total de capital estrangeiro o investimento em carteira, em títulos privados e na dívida pública, em geral, predominantemente, de caráter especulativo. Observa-se uma forte queda do investimento direto estrangeiro a partir de 1996. Um dos fatos que corroboram essa queda, foi o direcionamento do capital estrangeiro para a China, buscando mão-de-obra barata, câmbio desvalorizado e alta competitividade.

5) Desaceleração da economia mundial. A conjuntura econômica global de 2007 em diante vem enfrentando algumas crises. Haja vista o ocorrido nos EUA em 2008, a crise da União Europeia, e a desaceleração da China. Esse cenário de recessão prejudica o fluxo do comercio no mercado mundial.

Nota-se, portanto, a dificuldade de enfrentar uma competição em custo bastante acirrada, liderada pela produção chinesa, mas que envolve outros produtores asiáticos, que combinam custos de mão de obra, escala, câmbio, e incentivos governamentais bastante potentes. De outro lado, a competição é reforçada pelas empresas líderes dos oligopólios globais que lançam mão de seu escopo mundial para reforçar ativos, em especial os intangíveis, como marcas, canais de comercialização e capacitações tecnológicas, capazes de comandar cadeias de valores globais, com maior flexibilidade em seu comprometimento de recursos.

A China atingiu um nível de desenvolvimento econômico que se reflete em suas elevadas escalas de produção e consumo. Além de ser um grande produtor de manufaturas industriais, o país se apresenta como um grande importador de insumos e matérias-primas industriais e de bens de capital. Todo esse mecanismo do comércio chinês influencia na pauta exportadora brasileira, que prima por exportar commodities ao invés de produtos industrias de maior valor agregado.

### 3.3 Comercio internacional e a desindustrialização

O comércio internacional pode levar à especialização na produção de bens manufaturados, serviços e/ou produtos primários. Além disso, dependendo do padrão de comércio estabelecido, pode ocorrer especialização na produção de produtos intensivos em trabalho qualificado ou não qualificado no setor da indústria de transformação.

Segundo Oreiro e Feijó (2010), a especialização pode gerar grandes déficits comerciais em bens produzidos pela indústria de transformação e apresentar superávits em outros bens, como nos produtos dos setores primários, que é o caso do Brasil. Isso ocasiona uma redução da participação da indústria no produto doméstico e no emprego total, se tudo mais se mantiver constante, resultando assim num processo de desindustrialização. Na economia brasileira, a intensificação da exposição ao comércio internacional acarreta a remoção da proteção de uma parte de alguns setores industriais, a qual pode ser uma consequência remanescente do processo de substituição de importações, que ainda protege determinados setores chaves da competição internacional. Quando se expõe a economia local ao livre comércio, passamos a importar bens de algumas industrias mais eficientes ao redor do mundo. Todo esse processo influencia diretamente na redução dos empregos no setor secundário em detrimento da atividade industrial.

Existe um outro tipo de especialização, que é a especialização dentro da própria indústria de transformação. Esse mecanismo também afeta a estrutura do emprego na indústria. Um determinado país pode se especializar na produção de bens que demande mão-de-obra mais qualificada, com alto padrão tecnológico e isso faz com que diminuía a quantidade de emprego no setor em questão. Porém, se o país se especializar na produção de bens que demande mão-de-obra menos qualificada, um número maior de empregos seria gerado no setor. Logo, a desindustrialização também depende diretamente da especialização da indústria de transformação, que pode demandar menor ou maior quantidade de trabalhadores.

O cenário mostra que o aprofundamento da liberalização comercial auxilia no processo de desindustrialização no Brasil.

Para Curado (2013, pag. 629) a discussão sobre a abertura econômica ainda ocorre, como vemos seguir:

> [...] O impacto da abertura comercial sobre a estrutura produtiva, em especial sobre a indústria, ocupou um espaço de destaque na discussão. Pólos antagônicos formaram-se neste momento: de um lado, argumentava-se que a abertura comercial promoveria uma brutal desestruturação do parque industrial brasileiro, com efeitos nocivos para o processo de desenvolvimento; de outro, defendia-se enfaticamente que o processo de abertura em curso promoveria uma correção nos rumos do desenvolvimento do país, eliminando os excessos industrializantes promovidos durante o período clássico da industrialização via substituição de importações.

Existe uma vertente de pensamento clássica Ricardiana que acredita na importância da especialização produtiva. Ou seja, o país deve primar pela exploração de fatores produtivos abundantes, e no Brasil isso implica na utilização intensiva de trabalho não qualificado e recursos naturais. Porém, segundo Curado (2013, pág. 636) existem algumas perguntas:

> [...] cabem também diversas indagações aos “herdeiros do pensamento clássico ricardiano”. Há experiência concreta de uma nação com as particularidades de dimensão territorial e populacional do Brasil que tenha se desenvolvido efetivamente sem promover, em algum grau, o desenvolvimento das atividades industriais? A estratégia de promover a especialização em setores intensivos em mão de obra não qualificada e/ou recursos naturais é um caminho de fato viável para o desenvolvimento brasileiro, levando-se em consideração, entre outros elementos, a dimensão populacional e a sua profunda heterogeneidade?

Em uma visão de longo prazo, economias em desenvolvimento tendem em geral a se deparar com restrições externas ao amadurecimento pleno de suas estruturas produtivas. O processo de industrialização mostra-se contraditório, na medida em que a superação do atraso por meio da internalização de setores produtivos mais complexos, intensivos em capital, tecnologia e capacidades organizacionais, cria pressões significativas sobre o balanço de pagamentos. A importação de bens industriais cresce de forma mais intensa do que a renda doméstica e do que as exportações de produtos tradicionais, geralmente intensivos em recursos naturais. A atração de capital estrangeiro, gerando ciclos de endividamento e/ou perda de controle sobre os centros decisórios estratégicos, torna-se um recurso virtualmente universal. A superação do

subdesenvolvimento, portanto, passa, também, pela capacidade de administrar uma dinâmica instável de amadurecimento da estrutura produtiva rumo a setores mais complexos, garantido a capacidade de geração de divisas por meio das exportações de manufaturas. O Brasil enfrentou tais dilemas. Todavia, depois da crise da dívida externa, no começo dos anos 1980, verificou-se um longo ciclo de baixo crescimento e instabilidade macroeconômica. No começo dos anos 1990, ganhou corpo a visão de que as reformas estruturais liberalizantes determinariam um novo padrão de desenvolvimento. O setor produtivo teve de se ajustar a tais mutações e tentou sobreviver aos anos mais difíceis.

A taxa de câmbio tem efeito decisivo na variação da exportação de produtos industriais. Nota-se que quando ocorreu a maxidesvalorização do real em 1999, houve uma retomada das atividades industriais até o ano de 2003. Quando não há esse ganho de competitividade no mercado global, a indústria brasileira busca alternativas no mercado interno. Isso ocorreu de 2006 em diante, quando a demanda interna estava aquecida. A política macroeconômica mantém a economia desregulada e os juros reais em nível elevado, com o objetivo óbvio de atrair capitais externos, os quais, com a atratividade dos juros altos, entram em maior quantidade do que necessário. Com isso, o acumulo de reservas torna-se mais financeiro do que comercial.

O crescimento do setor primário acabou por gerar preocupações, notadamente pelos efeitos sobre a taxa de câmbio. A recente notoriedade das expressões doença holandesa e maldição dos recursos naturais no País, é resultado da extensão à realidade brasileira de conceitos antes aplicados às economias que enfrentaram desindustrialização resultante do crescimento acelerado das exportações de recursos naturais. Alguns autores argumentam que os superávits agrícolas se devem a apreciação da moeda doméstica, e esta, por sua vez, inibe as exportações de produtos que não refletem as tradicionais vantagens comparativas do país, resultando em desindustrialização. Porém, como o valor das exportações de produtos manufaturados de origem agrícola diminuiu, enquanto cresceu o comércio de produtos básicos, pode-se concluir que o processo de desindustrialização também afetou o agronegócio brasileiro, que buscou nos produtos com menor valor agregado uma saída rápida.

Os investimentos orientados para a exportação dependem do estímulo da taxa de câmbio competitiva. Esse processo aumenta a poupança interna e faz um contraponto a visão de alguns países em desenvolvimento que buscam na poupança externa um modelo de crescimento.

### 3.4 Abordagem geral

A desindustrialização já é conhecida e estudada há muito tempo, porém, abordada sob a ótica dos países desenvolvidos. A desindustrialização era colocada como um processo ocasionado pelo desenvolvimento do setor de serviços, onde a mudança no padrão de consumo diminuiria a procura por manufaturados e aumentaria a demanda por serviços. Somado a isso, abordavam o impacto do aumento da produtividade como fator de desindustrialização, fazendo com que o emprego industrial tenha sua participação reduzida em relação ao emprego total. Esse é o processo observado nos países desenvolvidos, que passaram por um longo processo de industrialização.

Nos países em desenvolvimento, todavia, a situação é diferente. Nestes o que ocorre é uma desindustrialização precoce. Em função da busca pelo alcance do nível tecnológico dos países desenvolvidos, as economias emergentes passam por um processo de industrialização rápida e de forma não completa e madura, deixando essas indústrias muito mais sensíveis às oscilações que alterem a demanda mundial por manufaturados. Em outras palavras, influências externas podem impactar na frágil estrutura industrial dos países em desenvolvimento. Foi exatamente isso o que aconteceu no Brasil após a crise dos anos 1980. O crescimento reduzido daquele período forçou uma série de transformações financeiras e institucionais que acabaram desestimulando o processo de substituição de importações e estimulando uma possível doença holandesa, com o país passando a financiar seu déficit comercial de manufaturas através da receita advinda dos recursos naturais, nos quais possui vantagem ricardiana.

Em relação às exportações, em 2005 se inicia um ciclo de apreciação do Real, há uma mudança na composição dos segmentos, sendo que os produtos industriais

apresentam declínio, enquanto os produtos não industriais assumem uma maior participação na pauta exportadora. A partir de 2011, com o fim do afrouxamento monetário norte-americano e a consequente depreciação do Real, a indústria de baixa e média-baixa tecnologia volta a aumentar sua participação e os produtos não industriais mudam de trajetória, com tendência de redução de sua participação. Porém, em relação a composição da pauta de importações parece responder com menos intensidade em relação às variações cambiais. Excluindo os fatos da história recente, alguns estudos revelam também que houve uma despreocupação da política econômica no sentido de utilizar a taxa de câmbio como ferramenta direta para promover o desenvolvimento econômico do país. Ou seja, as oscilações cambiais se mostraram pouco eficientes no direcionamento da competitividade internacional do país em relação aos produtos comercializáveis de maior conteúdo tecnológico, permitindo que produtos não industriais adquirissem maior participação na pauta exportadora ao longo dos últimos anos. Outros fatores se mostraram mais influentes sobre a composição da pauta, como por exemplo, o crescimento mundial, em especial o da China, que se tornou a maior parceira comercial do Brasil nos últimos anos. Esta parceria sendo prejudicial ao Brasil, haja vista que passamos a exportar matérias-primas (minérios de ferro e as commodities agrícolas) e a importar da China produtos com maior valor agregado.

No contexto de exportação de produtos primários, um dos aspectos relevantes a se observar é o conteúdo tecnológico presente nos fluxos comerciais do país e seus possíveis efeitos sobre a estrutura produtiva. De maneira ampla, observa-se que o processo de desaceleração do crescimento econômico em curso revelou a existência de uma crise no setor industrial que está se generalizando, sobretudo nos ramos tradicionais (setores mais intensivos em tecnologia), os quais vêm enfrentando dificuldades para competir, tanto no mercado interno como externo, devido ao baixo grau de incorporação tecnológica. Esse fato conduz a uma baixa competitividade da indústria de transformação e provoca perda de dinamismo do conjunto da economia, uma vez que a falta de ganhos de produtividade industrial impede um crescimento do PIB.

Um modelo de crescimento econômico exógeno considera o progresso técnico como um fator determinante da taxa de crescimento da renda per capita de longo prazo, porém não apresenta explicações sobre sua formação, ou seja, a tecnologia é considerada um fator externo ao modelo. Por outro lado, os modelos de crescimento endógeno promovem uma internalização do progresso tecnológico, isto é, a tecnologia é apresentada como fator interno ao modelo. Em síntese, o modelo, além de outros objetivos, visa explicar como se dá o avanço técnico.

Para os defensores do novo desenvolvimentismo, a trajetória da economia brasileira, nos últimos vinte anos, foi caracterizada pelo processo de desindustrialização. Esse processo teria sido resultado das reformas econômicas de cunho neoliberal, advindas do Consenso de Washington e conduzidas pelas autoridades econômicas e políticas do Brasil ao longo dos anos 1990. Entre outras medidas, a reforma econômica contemplou a abertura comercial, a privatização, a reforma do Estado e a desregulamentação financeira da economia brasileira.

Em contraposição, os adeptos da ortodoxia econômica defendem que essas reformas não desencadearam um processo de desindustrialização. Afirmam que as medidas adotadas geraram pontos positivos à economia brasileira e, especificamente, ao setor industrial brasileiro. Por exemplo, a sobrevalorização cambial que caracterizou a conjuntura macroeconômica no período 1995-1998, ao incentivar a importação de itens oriundos da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, principalmente itens relacionados à microeletrônica, teria promovido a modernização da estrutura produtiva brasileira. Assim, a reestruturação produtiva decorrente do processo de abertura da economia teria resultado em aumento da eficiência alocativa e da produtividade. Como consequência, a industrialização teria se intensificado e não o contrário. Neste ambiente marcado por argumentações controversas, foram elaborados vários estudos objetivando qualificar ou desqualificar a tese de desindustrialização da economia brasileira. Um dos primeiros trabalhos a enfatizar essa problemática foi elaborado por Marquetti (2002). Esse autor identificou que o setor industrial brasileiro estava perdendo participação relativa no PIB. Com base nesta constatação, Marquetti (2002) elaborou ideias favoráveis à tese de desindustrialização da economia brasileira.

Segundo o autor, o fenômeno teve início em meados do decênio 1980 e foi consequência “do reduzido nível de investimento na economia brasileira e, em particular na indústria, e do próprio processo ‘natural’ do desenvolvimento econômico dos países” (MARQUETTI, 2002, p. 121). O autor também chamou a atenção para os aspectos negativos desse fenômeno sobre o potencial de crescimento econômico de longo prazo do país. Em sua visão, o processo de desindustrialização está associado às transferências do fator de produção trabalho e, dos demais recursos da economia, do setor industrial para atividades com reduzida produtividade da mão de obra o que, por sua vez, afetaria negativamente a produtividade agregada do trabalho.

O autor também chamou a atenção para os aspectos negativos desse fenômeno sobre o potencial de crescimento econômico de longo prazo do país. Em sua visão, o processo de desindustrialização está associado às transferências do fator de produção trabalho e, dos demais recursos da economia, do setor industrial para atividades com reduzida produtividade de mão-de-obra o que, por sua vez, afetaria negativamente a produtividade agregada do trabalho.

A principal questão que se coloca acerca do fenômeno da “doença holandesa” refere-se à apreciação cambial resultante da entrada de dólares no país por conta do expressivo aumento das exportações de commodities e o impacto potencialmente negativo sobre as exportações dos produtos manufaturados. Tendo essa questão como base, objetiva-se, identificar possíveis sintomas da “doença holandesa” no Brasil, assim como analisar o impacto da tendência de apreciação cambial intensificada a partir de 2003 sobre a composição e o desempenho das exportações brasileiras. Essa análise buscará verificar se a hipótese de reprimarização da pauta exportadora está condizente com a dinâmica recente da economia brasileira.

Por um lado, a valorização cambial tende a afetar negativamente o comércio exterior ao reduzir a rentabilidade das commodities e demais produtos exportados e, além disso, ao aumentar os preços de exportação, com consequente perda de competitividade, sobretudo entre os produtos manufaturados, isto é, produtos de maior valor agregado. Por outro lado, a apreciação cambial também poderia reduzir os custos de aquisição de máquinas e equipamentos importados, contribuindo, assim, para a modernização do parque industrial doméstico e, por conseguinte, para o aumento de

seu potencial competitivo. Além disso, a apreciação cambial também poderia contribuir para o controle da inflação por meio do barateamento dos produtos importados ante os preços dos bens produzidos internamente.

Em síntese, analistas revelam que o aumento do superávit comercial de commodities e, em contrapartida, a redução do superávit comercial de produtos manufaturados ocorreu em um cenário macroeconômico caracterizado por forte apreciação da moeda brasileira. Essa constatação consiste em uma evidência de que a economia brasileira fora contagiada pela “doença holandesa” na década de 2000, isto é, uma evidência com capacidade de qualificar a hipótese de “doença holandesa” no Brasil como sendo uma realidade. Nesse cenário, coexistem saldos positivos da balança comercial brasileira e apreciação da moeda doméstica.

Esse aumento ocorreu em detrimento da participação relativa das exportações dos produtos “industriais”, configurando, assim, um processo de empobrecimento ou de reprimarização da pauta de exportações brasileira. Ademais, as análises empreendidas permitiram identificar que, na categoria de produtos “industriais”, predomina-se a participação das exportações de produtos das indústrias de média-baixa e baixa tecnologias.

A indústria foi influenciada de forma negativa pelas taxas de juros, mas em relação à taxa de câmbio os efeitos observados ocorreram de forma diferenciada no período 1994-2010, sendo que num primeiro momento (1994-2002) a desvalorização cambial esteve acompanhada da expansão da produção industrial e, no segundo período 2003-2010, de uma redução desta. Os resultados alcançados sugeriram que se trata de um reflexo da configuração recente da indústria, que atualmente está baseada em sua quase totalidade em dois segmentos específicos: o de recursos naturais e produção em escala, com destaque para a indústria de petróleo e combustíveis, alimentos, metalurgia entre outros, cujas vantagens comparativas não se anulam facilmente frente às variações cambiais. Somando se a isso, mudanças qualitativas estão ocorrendo, a exemplo dos reflexos sobre o comércio exterior brasileiro, no qual notou-se um aumento das importações em ritmo superior às exportações, maior participação relativa de produtos de baixa tecnologia e não-industriais, assim como a

redução do saldo comercial dos produtos industriais, particularmente os de maior conteúdo tecnológico no período recente.

### 3.5 Características do pensamento Cepalino

A grande importância da indústria para o crescimento e para o desenvolvimento econômico encontrou no pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), uma de suas mais relevantes contribuições. Conforme relata Furtado (1985), a CEPAL foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em princípios de 1948, em Santiago, no Chile. A comissão formada era pequena, composta por economistas e outros cientistas sociais oriundos de países latino-americanos, dentre eles o brasileiro Celso Furtado, que fazia parte do grupo de estudos de política industrial. De início o grupo preparou um documento com informações econômicas e sociais das economias latino-americanas, com o objetivo de apresentá-lo na Conferência da CEPAL, a ser realizada em Havana, em maio de 1949. De posse das estatísticas à disposição, no caso brasileiro, basicamente o Censo de 1940, o grupo desenvolvia estudos, formulava proposições e tecia comparativos acerca do desenvolvimento latino-americano. A chegada de Raúl Prebisch, em fevereiro de 1949, deu novo alento aos trabalhos desenvolvidos na CEPAL. Nessa época, o economista argentino era o único de renome internacional, ex-ocupante do cargo de diretor-geral do Banco Central argentino e outros postos importantes. A sua passagem pela CEPAL traria contribuições teóricas que mudariam completamente o enfoque dado à problemática do desenvolvimento da América Latina. Seu primeiro texto, basicamente um manifesto, enfatizou duas discussões: primeiro, a crítica à ordem internacional, que historicamente conduziu à concentração da renda em favor dos países industrializados e, em segundo, a ênfase na condução de uma política de industrialização para a região (FURTADO, 1985).

O pensamento cepalino foi capaz de articular uma abordagem original sobre a realidade latino-americana, desenvolvendo uma teoria que teve significativa influência sobre as ideias e as políticas econômicas nessa região.

As duas grandes ideias básicas da CEPAL eram a divisão do mundo em centro e periferia e a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, a partir das quais era enfatizada a defesa da industrialização pela via de substituição das importações. A primeira ideia defendida pela CEPAL, a divisão do mundo em centro e periferia, foi uma das teorias mais difundidas por essa vertente e se referiu ao sistema de relações denominado Centro-Periferia, onde o Centro era os países desenvolvidos (produtores de bens manufaturados) e a Periferia, os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (produtores de bens primários). Essa divisão consistia no resultado histórico da maneira como se propagou o progresso técnico na economia mundial. A divisão internacional do trabalho era um dos grandes entraves ao desenvolvimento latino-americano. Segundo esta divisão, cabia aos países em desenvolvimento atuarem como fornecedores de produtos primários para os países do centro, não sendo necessária sua industrialização. Caso insistissem na industrialização, iriam competir com os produtos dos países desenvolvidos, o que de acordo com a teoria das vantagens comparativas era uma incoerência. Além do mais, era enfatizado que os frutos do progresso tecnológico seriam divididos coletivamente na economia mundial e os países de produção primária teriam a sua parte. O principal problema dessa abordagem é que os aumentos de produtividade nos países do centro ocorrem de forma acelerada, diferentemente do que ocorre nos países periféricos. Isso pode ser explicado pelas características dessas economias.

Esses fatos dificultavam amplamente o aumento da produtividade, o que inviabiliza a formação de uma poupança doméstica, inibindo o ritmo de acumulação e investimento nessas economias. Na ausência de poupança interna, apenas investimentos externos canalizados adequadamente levariam ao crescimento dos países de produção primária. As economias agrário-exportadoras latino-americanas, portanto, não poderiam comandar seu próprio crescimento, pois estavam subordinadas às condições de demanda por seus produtos ditadas pelas economias centrais. A dinâmica econômica mundial tenderia a aprofundar o processo de desenvolvimento desigual. O aspecto predominante era o desnível entre os incrementos de produtividade nos países do Centro e da Periferia, visto que no Centro estão presentes as condições

de concentração e da difusão do progresso técnico, diferentemente das economias periféricas.

Já a outra ideia da CEPAL era baseada na deterioração dos termos de troca. De acordo com Couto (2007), desde o final do século XIX, os preços dos produtos primários vinham se deteriorando em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros, prejudicando os países da periferia.

A deterioração dos termos de troca era, portanto, um dos grandes motivadores da deterioração do balanço de pagamentos nos países subdesenvolvidos, ao lado do crescente aumento das importações. Uma vez que a industrialização exigia novas importações de bens de capital e insumos (que, para pagá-los, necessitava de exportações), em vista da reduzida capacidade para importar da periferia, a composição das importações deveria ser gradativamente modificada, substituindo as importações supérfluas pelas essenciais ao desenvolvimento (COUTO, 2007). Assim, a idéia sobre a qual se assentou o pensamento cepalino foi a defesa da industrialização, pela via da substituição de importações, que foi recomendada para resolver o problema da tendência ao desequilíbrio externo e da subordinação. A América Latina e, sobretudo, o Brasil e seu processo de industrialização, sofreram grande influência do pensamento cepalino. O auge da influência cepalina deu-se durante as décadas de 1950 e 1960, quando essas ideias estiveram no centro dos debates e até mesmo nas decisões econômicas no Brasil (COUTO, 2007).

## 3.6 A quarta fase do desenvolvimento industrial

A partir dos anos 1990, inicia-se a quarta fase do desenvolvimento industrial, período marcado por um intenso processo de reestruturação e por mudanças estruturais, tendo em vista o processo de abertura comercial e financeira e orientação das políticas macroeconômicas.

A década de 1990 é reconhecida na literatura econômica por marcar a passagem da economia brasileira a uma nova fase de desenvolvimento e inserção externa, com diversas mudanças na condução das políticas econômicas. A abertura comercial e financeira, iniciado ainda no final dos anos 1980, mudou o ambiente competitivo das

empresas, cujas estratégias eram buscar a racionalização de custos como alternativa para elevar seus níveis de competitividade.

O Plano Real começou a ser elaborado na metade de 1993 durante o governo Itamar Franco, tendo como principais membros da equipe que formulara o plano: Edmar Lisboa Bacha, Pérsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Winston Fritsch, Francisco Lopes e José Roberto Mendonça de Barros, comandada pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FRANCO, 1995). Como plano de estabilização, o Plano Real, tinha como um de seus pontos centrais a análise de que o déficit público era a causa da inflação e que a partir de seu controle se alcançaria a estabilidade de preços. Entretanto, entendeu-se também que parte do diagnóstico do Plano Cruzado estava correta, e que a inflação brasileira era em grande parte inercial. Não obstante, os métodos empregados para o combate da mesma foram diferentes em ambos os planos. A partir da implementação do Real em 1994, o ambiente de estabilidade de preços e a política de sobrevalorização cambial impôs uma forte concorrência com os produtos importados. Acresce que a política de juros elevados e a escassez de financiamentos de longo prazo foram dificuldades adicionais para ampliação das inversões na atividade produtiva. Nesta perspectiva, nota-se relação entre desempenho da produção da indústria de transformação e o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas relevantes, notadamente a taxa de câmbio e a taxa de juros, que tem sido citadas na literatura como elementos que estariam contribuindo para a nova configuração verificada no interior da indústria brasileira. O aumento das importações em todas as cadeias produtivas foi acompanhado de baixas taxas de crescimento, de queda no valor das transformações industriais e aumento da produtividade, embora sem crescimento expressivo da produção. Estas alterações, que aconteceram no interior da indústria, configuraram-se no que foi denominado nos anos 1990 de reestruturação produtiva, com impactos, sobre a produção, a produtividade e o emprego formal, notadamente no setor industrial. Passada a fase mais aguda de transformações na década de 1990, mas mantidas algumas das políticas macroeconômicas, a atenção de diversos estudiosos tem se voltado para a questão do desenvolvimento industrial, enfatizando que estariam ocorrendo transformações “regressivas”, ou ainda, uma inflexão na trajetória do desenvolvimento industrial, a partir

da expansão relativa da produção em setores de atividade menos nobres, a exemplo da indústria baseada em recursos naturais, caso das commodities, o que tem se refletido no comércio exterior e no desempenho da economia como um todo. Após o período de estagnação dos anos 1980, a década de 1990 marcou o ingresso da economia brasileira em um novo padrão de desenvolvimento e de inserção nacional assentado sobre os princípios estabelecidos pelo “Consenso de Washington” – abertura comercial e financeira, desregulamentações, privatizações de empresas estatais, disciplina fiscal, entre outras medidas, as quais passaram a influenciar decisivamente o desempenho da economia. Essa fase foi caracterizada pela inflexão na trajetória de crescimento econômico liderada pelo dinamismo do setor industrial.

Os primeiros passos da transição ocorreram em junho de 1990, o governo de Fernando Collor, adotou o programa de Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), marco inicial do modelo de abertura econômica e financeira. No entanto, foi a partir de 1994, com a introdução do Plano Real, que ocorreu o aprofundamento desse modelo. É válido ressaltar aspectos da condução das políticas macroeconômicas, especialmente a monetária e a cambial. Com a adoção do Plano Real em 1994 e o fim do longo processo inflacionário, apresenta-se para o país a possibilidade de retomada do crescimento, após mais de uma década de estagnação e crise. Ocorre o retorno dos fluxos de capitais financeiros, e o capital estrangeiro passou a buscar novas e mais atrativas taxas de retorno.

Logo após a implantação do Plano Real os principais instrumentos da política de estabilização foram o câmbio, os juros e abertura comercial e financeira. A política monetária, através da administração da taxa básica de juros (SELIC) teve como objetivo atrair capital estrangeiro, que mantinha o câmbio valorizado, além de contribuir com o financiamento de balanço de pagamentos, impedindo também novas pressões sobre a demanda interna, ações que, em última instância, mantinham a inflação sob controle. As taxas de juros reais, mantidas elevadas a partir do Plano constituíram-se na essência da estratégia de estabilização, pois, os diferenciais de juros internos atraiam elevado volume de capitais de curto prazo o que, na ausência de controle de capitais (sobretudo a partir da mudança de regime em 1999), conduziam a apreciação do câmbio, principal mecanismo de controle dos preços. No ano de 1999, ocorreu a

mudança de regime cambial, de administrado para flutuante e aí essa relação de causalidade entre câmbio-juros é mais nítida, ou seja, uma elevação da taxa de juros é acompanhada pela valorização da moeda. Após esse período de oscilações e instabilidades, a partir de 2004 até 2008, tem-se uma nova fase de tendência à redução das taxas reais de juros. Ainda assim, os diferenciais de juros externos e internos, que permaneceram atrativos ao capital estrangeiro, aliados à melhoria dos fundamentos macroeconômicos e do cenário externo favorável, conduziu a uma trajetória de apreciação cambial, o que contribuiu para a estabilidade dos preços. A tendência à apreciação do câmbio é apenas interrompida, temporariamente, pela crise americana no segundo semestre de 2008.

Nessa quarta fase do desenvolvimento industrial, ocorre uma mudança na trajetória de expansão do setor industrial. A indústria doméstica, que desde a década de 1980 estava passando por situação difícil, acentuou a tendência de desaceleração da produção. A partir da abertura comercial do final da década de 1980, tem-se a configuração de um novo ambiente econômico, que se consolidou a partir do Plano Real, com a estabilização de preços e a adoção de políticas macroeconômicas para a sua sustentação, a política monetária restritiva e a valorização cambial, que teve implicações importantes para o setor produtivo.

Um número elevado de estudos tem demonstrado a preocupação com o desempenho do setor industrial brasileiro e suas implicações. Desde a segunda metade dos anos 1990, estudos na área passaram a dar ênfase à ideia de que o cenário macroeconômico estava sendo prejudicial a indústria brasileira, desestimulando exportações e reduzindo sua competitividade frente aos competidores internacionais. Além disso, dada a redução dos preços de insumos e matérias-primas importados, a maior utilização de componentes importados na produção nacional estaria conduzindo ao surgimento de fenômenos como a desnacionalização e a desindustrialização de setores relevantes da produção nacional, defendendo que se trata de uma fase de “especialização regressiva” da indústria, ou seja, uma concentração desta na produção e exportação de produtos de menor valor agregado.

Ocorreram importantes mudanças estruturais no setor industrial brasileiro, tanto em termos das alterações nas participações atividades industriais no total da indústria de

transformação, quanto no valor da transformação industrial. Ao agregar as indústrias por fatores de especialização competitiva e intensidade tecnológica, verifica-se que houve uma mudança na direção das indústrias intensivas em recursos naturais e em escala, em detrimento daquelas de maior conteúdo tecnológico, como as intensivas em ciência e de produtos diferenciados, evidenciando um padrão de especialização “regressivo”, ao contrário do que ocorre em países mais avançados como Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul. Os setores que mais cresceram foram aqueles que exportam mais e sofrem menos com a competição das importações, explicando o porquê da especialização em produtos de menor conteúdo tecnológico, como é o caso das commodities e bens tradicionais.

No Brasil, a mudança estrutural em direção à especialização da sua indústria se deu em níveis de renda per capita relativamente inferiores aos verificados em outros países. Esse processo, iniciado na primeira metade da década de 1990 e aprofundado nos anos 2000, demonstra claramente a redução da participação, no valor adicionado, das indústrias de maior conteúdo tecnológico, levantando a hipótese de que o processo de especialização da indústria está ocorrendo de forma precoce no país, por algum fator exógeno ao seu processo de desenvolvimento econômico.

A taxa de juros prejudicou a produção industrial, a partir do Plano Real. Porém, com relação ao câmbio, percebeu-se uma mudança no comportamento da produção industrial, que a partir de 2003, diferentemente do período 1994-2002, não se beneficiou da desvalorização. Esse fato pode estar relacionado com a nova configuração da indústria doméstica, que em ampla maioria são atividades intensivas em recursos naturais e produção em larga escala, para as quais o país possui grandes vantagens comparativas.

O processo de reestruturação produtiva ocorreu na economia brasileira durante a década de 1990 e a entrada do Brasil nesse processo possibilitou a mudança de inserção externa da indústria brasileira na década posterior. Essas implicações puderam ser sentidas em diversos aspectos, como no aumento da concorrência internacional; facilitação na importação de insumos e o aumento do número de fusões e aquisições. Outras medidas como a privatização de companhias estatais também contribuíram para a aprofundamento desse processo. A abertura do mercado interno se

deu principalmente através da derrubada de barreiras à importação na reforma tarifária ocorrida entre 1991 e 1994, que acabou por reduzir as alíquotas de 40% para 14% em média.

O objetivo principal das medidas tomadas para a abertura comercial além de combater o processo inflacionário, era o de facilitar a importação de máquinas, equipamentos e tecnologia a fim de aumentar a produtividade da indústria brasileira para que esta estivesse pronta para competir no mercado internacional em igualdade de condições, dada a crença de que o país estava atrasado tecnologicamente à época. A diminuição das restrições à entrada do capital estrangeiro faria com que o capital internacional passasse a produzir bens manufaturados de alta e média complexidade tecnológica em território nacional, modificando qualitativamente a pauta de comércio exterior e a inserção internacional da indústria brasileira na década de 2000. Todavia, a abertura comercial e o câmbio sobrevalorizado contribuíram para que aumentasse o grau de exposição à concorrência internacional. Isso fez com que os setores produtivos ficassem obrigados a se modernizar sob pena de não resistir à concorrência internacional, correndo o risco de fecharem as portas. Estas transformações tiveram um impacto estrutural na indústria brasileira, pois a partir dos anos 1990 passou-se a um novo modelo de desenvolvimento, diferente de tudo o que a experiência histórica industrial brasileira havia experimentado.

No período em questão, ocorreram diversas privatizações no Brasil. Adotou-se o sistema de controle acionário de algumas empresas por parte do governo; transferindo totalmente seus ativos para o setor privado e abrindo concorrência, ou transferindo monopólios ao setor privado.

Por controlar uma grande quantidade de empresas, o processo de privatização brasileiro levou vários anos, e pode ser dividido segundo o BNDES (2017) em diversas fases, que vão da década de 1980 até 2008. Dentro dessas fases foram implementadas as 3 partes do programa brasileiro de privatização: O Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado em 1991; os programas estaduais de privatização, iniciados em 1996; e o programa de privatização das telecomunicações, também no âmbito federal ocorrendo simultaneamente ao PND, mas sendo administrado separadamente. O processo, de um modo geral, iniciou-se no Brasil a partir de 1987,

quando o BNDES privatizou 16 empresas controladas por ele por serem anteriormente inadimplentes com o banco. Durante os anos 1980 não havia ainda sido implementado um grande programa de privatizações no Brasil, e nem era esse o objetivo no momento, tanto que durante toda a década foram privatizadas ou “reprivatizadas” 38 empresas de pequeno porte que tinham sido absorvidas pelo governo por dificuldade financeira. O propósito nesse período foi o de evitar que o governo ampliasse ainda mais sua presença no setor produtivo, e, portanto, obteve resultados modestos, arrecadando cerca de US$ 780 milhões com todas as privatizações. O programa de privatizações como parte da estratégia do governo passou a ser implementado no Brasil a partir de 1990 com a formalização do PND, administrado pelo BNDES. A partir da criação do PND foram colocadas em leilão até 1992, 68 empresas, sendo 18 no setor de siderurgia, fertilizantes e petroquímica.

Sobre o processo de privatização brasileiro é interessante observar que as primeiras empresas a serem desestatizadas foram do setor industrial. Primeiramente foram reprivatizadas empresas absorvidas pelo Estado por insolvência, a fim de desonerar o setor público de novos investimentos e sinalizar seu desejo de intervir cada vez menos no setor produtivo. Posteriormente foram privatizadas as indústrias de bens intermediários, nas quais o Estado havia logrado grande êxito em implantar no país durante as décadas anteriores. Por último, em um período de tempo maior, foram privatizados diversos bancos estatais e foram vendidas concessões para a atuação nos setores de geração e distribuição de energia; telefonia fixa, móvel e de longa distância; e transportes (estradas de rodagem, ferrovias, aeroportos, e portos marítimos e fluviais) (BNDES, 2011). Dessa forma, o programa brasileiro de privatizações gerou ao Estado receitas consideráveis, situando-se entre os maiores programas de privatização do mundo. Essas receitas serviram em determinado momento para cobrir o déficit público (elemento do plano de estabilização adotado) e como parte da estratégia de imputar ao Estado um novo papel, não mais de fornecedor de mercadorias e serviços, e sim de regulador dessas atividades. Esse enquadramento dos países em desenvolvimento ao processo de globalização fazia-se necessário, dado que os mesmos necessitavam se relacionar economicamente com o resto do mundo. Porém, esse processo acabou por desencadear diversos problemas para estes países, que, dotados de sistemas

econômicos e institucionais menos desenvolvidos e com parques produtivos defasados, passassem a sofrer com o implacável ambiente concorrencial.

Essas condições fizeram com que a indústria nacional perdesse espaço, dada sua ineficiente capacidade de incorporação e assimilação das novas necessidades produtivas, fundamentais às economias que se lançavam e buscavam destacar-se no comércio internacional. Assim, pode-se afirmar que a abertura econômica em si não foi capaz de proporcionar crescimento para o Brasil, já que os desajustes internos dificultaram uma inserção mais segura no mercado competitivo internacional. Essa condição contribuiu para que o governo passasse a adotar medidas cada vez mais austeras, fortalecendo a ação dos mecanismos de ajuste de juros e câmbio como forma de evitar que a economia entrasse em um colapso maior.

Devemos observar que o aumento da concorrência estrangeira pós-abertura comercial, aliado às demais medidas liberalizantes afetou todos os setores da economia, fazendo com que muitas adotassem a fusão como estratégia de sobrevivência ou acabassem sendo vendidas para concorrentes mais fortes internacionalmente. O objetivo principal do capital estrangeiro direcionado ao Brasil durante o período de abertura comercial e financeira dos anos 1990, estava em entrar em uma economia recém-aberta, e com um dos maiores e mais atrativos mercados consumidores do mundo, produzindo e vendendo para o mercado interno. Além disso, pode-se inferir que mesmo com os altos ganhos de produtividade durante os anos 1990, nos anos 2000 a indústria brasileira registra perdas de produtividade e reduz sua participação nos empregos formais, sugerindo que nesse aspecto a reestruturação produtiva ocorrida na indústria de transformação brasileira nos anos 1990 não teve efeitos duradouros quanto a manter ou ampliar o nível de emprego neste setor. Ou seja, a dinâmica da indústria de transformação brasileira, continua a ser ditada pelo mercado interno, assim como no momento da formação de sua indústria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão buscou apresentar a importância da indústria como meio para alcançar um progresso técnico e ganhos de produtividade, pois um desenvolvimento econômico sólido depende diretamente desses fatores.

Posteriormente foram demonstrados os motivos que direcionaram a industrialização no Brasil, assim como a desindustrialização a partir dos anos 80, dando maior relevância as políticas macroeconômicas como principal causadora do processo. A condução da política macroeconômica ainda dificulta a disseminação das industrias, e essa dificuldade também é resultado do contexto econômico que viveu o Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Também procurou mostrar a importância de se conhecer o padrão de especialização do trabalho que poderia surgir em função de um aprofundamento do processo de abertura comercial que se deve à possibilidade de identificar os setores produtivos mais vulneráveis em termos de demanda por diferentes níveis de qualificação de trabalho formal.

A estabilização oriunda do Plano Real é de suma importância para a economia crescer sustentavelmente. Porém, se faz necessário atentar-se aos setores chaves da economia e rever alguns direcionamentos das políticas de estimulo a atividade industrial.

Buscar níveis satisfatórios de crescimento industrial no longo prazo requer planejamento e adoção de medidas verticais para o setor industrial. As crises anteriores mostraram que não há como ser liberal em depressão. É preciso ser interventor com a coisa pública. A construção da indústria brasileira, tanto no período do processo de substituição de importações (PSI) quanto nos esforços industrializantes posteriores se apoiou em uma forte atuação do Estado dentro da economia e voltou-se basicamente ao mercado consumidor interno. É importante a elaboração de políticas públicas voltadas não só para o aumento das exportações, mas sim para a elevação da parcela exportada no total produzido pela indústria nacional. É pouco provável que medidas paliativas, que objetivam diminuir as importações, se configurem em condição suficiente para afastar o Brasil do risco de que o comércio exterior induza ao agravamento do processo de desindustrialização no futuro. Políticas industriais mais robustas e com foco na inovação tecnológica e ampliação dos coeficientes de exportação, respaldadas

pela modernização da infraestrutura e redução das distorções macroeconômicas associadas aos níveis atuais das taxas de câmbio e juros, são complementos essenciais para garantir a manutenção de uma estrutura produtiva diversificada e moderna. Apenas a formulação de uma nova política industrial não seria suficiente para a retomada do setor. Se faz necessário o alinhamento de uma política macroeconômica e industrial que vise sustentar uma retomada da atividade industrial.

## REFERÊNCIAS

ASSIF, Luiza; TEIXEIRA, Lucas; ROCHA, Frederico. Houve redução do impacto da indústria na economia brasileira no período 1996-2009? Uma análise das matrizes insumo-produto. **Econ. soc**., Campinas, v. 24, n. 2, p. 355-378, ago. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182015000200355&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 06 abr. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art5.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização**.
Disponível em: <www.bndes.gov.br> acessado em 12 jun. 2017

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Econ. soc.**, Campinas, v. 21, n. spe, p. 831-851, dez. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 nov. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl. **Economia e Sociedade**, vol. 16, n° 1, abril de 2007.

CURADO, Marcelo. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Econ. soc.** [online]. 2013, vol.22, n.3, pp.609-640. ISSN 0104-0618. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182013000300002.

DAVILA-FERNANDEZ, Marwil Jhonatan. Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como instrumento conciliador de uma política industrial base no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 576-600, set. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000300576&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 15 nov. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a11.

FRANCO, G. H. B. **O Plano Real e outros ensaios**. 2ª Edição. Editora Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1995

FURTADO, Celso. A fantasia organizada. **O Manifesto dos periféricos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GODOY, Priscila Henriques. A hipótese da desindustrialização e os impactos de políticas de estímulo à indústria brasileira: uma análise de equilíbrio geral. 2013. **Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo**, Ribeirão Preto, 2013. doi: 10.11606/D.96.2013.tde-04092013-102649. Acesso em: 2017-06-13.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. **Econ. soc.**, Campinas, v. 21, n. spe, p. 853-888, dez. 2012 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 01 nov. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400007.

MARQUETTI, Adalmir A. Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos**, v. 32, n. 1, 2002, p. 67-80.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, mar. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 nov. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572008000100004.

OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 21 nov. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003.

SILVA, José Alderir. A questão da desindustrialização no Brasil. **Rev. Economia e Tecnologia (RET)**, v. 10, n.1, p. 45-75, Jan/Mar 2014.

TORRES, Ricardo Lobato; CAVALIERI, Henrique. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 859-877, dez. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572015000400859&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 21 nov. 2016. http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v35n04a10.

WILLIAMSON, John; ZAGHA, Roberto. Um ensaio sobre "O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate". **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 185-199, mar. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612014000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 06 abr. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612014000100007.